

17 de novembro

Projeto de lei deve ser enviado ao Congresso para fim de greve

No início da semana que vem, o governo federal deve encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei, para tramitação em regime de urgência, com as propostas do Ministério da Educação (MEC) para os professores das instituições públicas de ensino superior, em greve há 79 dias.

O projeto, que está sendo finalizado pela Casa Civil, mantém os pontos da terceira e última proposta apresentada pelo MEC à categoria. "Temos a convicção de que a proposta dialoga com a categoria. Se não tivéssemos a convicção, não encaminharíamos o projeto de lei", afirmou o ministro da Educação, Fernando Haddad, em entrevista coletiva para anunciar a medida.

Ele reiterou que o governo vai destinar R\$ 500 milhões para atender os professores, em 2006, e que para 2007 estão previstos R\$ 700 milhões. E disse acreditar que o projeto deve ser aprovado pelos parlamentares ainda este ano, "para ser implementado a partir de janeiro de 2006".

Haddad afirmou que as medidas possibilitarão um reajuste médio de 9,45% acima da inflação, ao longo de quatro anos. Segundo ele, a primeira proposta levada aos grevistas previa a liberação de R\$ 395 milhões, valor que acabou chegando a R\$ 500 milhões.

"Depois de apresentarmos três propostas e dando toda a abertura para que sindicato pudesse fazer uma contraproposta envolvendo o mesmo volume de recursos, não fomos bem sucedidos. Todas as contrapropostas oferecidas pelo sindicato envolviam recursos muito superiores aos R\$ 500 milhões", contou ele. O ministro informou que o último pedido feito pela categoria foi de R\$ 963 milhões.

De acordo com Haddad, todos os docentes terão um ganho real ao longo de quatro anos. "No período anterior, os docentes perderam para a inflação e neste governo, estariam ganhando da inflação, em maior ou menor grau dependendo da titulação, ou se é ativo ou inativo", apontou.

Um dos itens do projeto diz respeito à GED

Pesquisa aponta o Nordeste com mais matrículas na pré-escola

O Nordeste é a região brasileira com maior número de matrículas de crianças na pré-escola e creche, segundo informa a Pesquisa Educação da Primeira Infância, divulgada ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). De acordo com o coordenador do estudo, Marcelo Neri, cerca de 70% das crianças nordestinas estão matriculadas na pré-escola ou creche, enquanto a média nacional é de 68%.

Os motivos da vantagem para a região, segundo Neri, ainda estão sendo avaliados pelo grupo de pesquisadores do estudo, mas podem estar relacionados a programas sociais de transferência de renda. "Essa liderança surpreendente dos municípios nordestinos, tradicionalmente áreas com indicadores educacionais e sociais mais baixos, pode estar relacionada a uma série de fatores, como a migração para o Nordeste de programas sociais como o Bolsa Escola e o Bolsa Família", avaliou.

A pesquisa da FGV traz indicadores de todos os municípios brasileiros e até estatísticas internacionais. Marcelo Neri disse que na internet (www.fgv.br/cps), os interessados podem inclusive fazer simulações sobre a probabilidade de uma criança frequentar a escola, baseadas em certos parâmetros. "Uma mãe, por exemplo, pode fazer uma simulação de estatísticas, apresentando dados como se seu filho é homem, mora em tal região, em que ela trabalha, se mora com a mãe. A partir daí, sai a probabilidade de aquela criança frequentar a escola", explicou.

PANORAMA NACIONAL

» [Seminário discute implantação do espanhol no ensino médio](#)

» [Avaliação do ensino fundamental começa em escolas públicas gaúchas](#)

» [PUC-SP inscreve para vestibular 2006 até o dia 18](#)

PARANÁ

Candidato mais velho da UFPR tem 80 anos e mais novo, 14

Entre os 46.087 candidatos que neste domingo realizarão a primeira fase das provas do vestibular da Universidade Federal do Paraná (UFPR), há 66 anos separando o candidato mais velho, com 80 anos, do mais novo, com 14. A universidade não divulgou os nomes dos dois, mas o mais novo irá tentar o vestibular na categoria de treineiro. A prova da UFPR, neste dia 20, terá 80 questões de múltipla escolha, com início às 14 horas. A duração é de 5 horas.

O concurso registra ainda outras curiosidades, como 289 candidatos com o mesmo nome – homônimos. Do total de inscritos, 21.065 são homens e 25.022, mulheres. São 1.825 cotistas afrodescendentes e 11.141 de escolas públicas. Ao todo estão trabalhando no concurso 3.678 pessoas. O maior local de provas será a PUCPR. A maioria dos candidatos é do Paraná: 39.981. Há mais de 2 mil inscritos como treineiros.

O curso mais concorrido é Medicina. São 5.503 candidatos disputando 176 vagas, numa relação de 31,27 por vaga. Estão inscritos 71 portadores de necessidades especiais, sendo 24 com deficiência visual, 26 físicos, 19 auditivos e duas gestantes, inclusive uma com previsão para dar a luz no dia da prova, no domingo. Quem sofrer algum acidente ou imprevisto deve comunicar a comissão do vestibular pelo telefone (41) 3266-0909.

Os portões no domingo serão abertos às 13 horas e fechados às 13h30. Para fazer as provas é preciso levar os seguintes documentos e materiais: comprovante de ensalamento, original do documento oficial de identidade ou equivalente e caneta esferográfica de ponta grossa, com tinta de cor preta, lapiseira ou lápis e borracha.

Este ano a UFPR decidiu concentrar os candidatos do mesmo curso num único local de provas. Assim, por exemplo, todos os mais de 5 mil candidatos de Medicina estarão todos fazendo provas no prédio da PUCPR. Mais detalhes sobre o vestibular podem ser obtidos pelo site

www.nc.ufpr.br

Aumenta, ano a ano, a procura de indígenas por uma graduação

Os índios do Paraná querem ingressar na universidade. O estado registra, ano a ano, um crescimento na procura, a ponto de surpreender a Comissão Universidade para os Índios (Cuia), órgão existente em cada uma das seis universidades estaduais do Paraná que ofertam vagas para indígenas.

Da média de 50 inscrições nos três primeiros anos da realização do concurso, o vestibular feito este ano registrou um total de 121 concorrentes. A estimativa para o vestibular 2006, a ser realizado na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), é de 250 inscritos. A cada ano uma das universidades do estado é sede do concurso e o organiza. Este será o quinto ano que o concurso será realizado.

Uma das razões apontadas pelo professor José Carlos Borsato - membro da comissão da Cuia na UEPG - foi o ingresso, no ano passado, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que passou a ofertar cinco vagas para indígenas para quaisquer de seus cursos. Uma outra seria o resultado do trabalho de divulgação do vestibular feito nas aldeias, com o apoio da Funai.

A edição do vestibular especial para os índios funciona como mais uma opção aos estudantes indígenas para entrar na universidade, uma vez que eles também podem concorrer ao vestibular tradicional, e surgiu em 2001 com a criação da lei estadual 13.134/01, que prevê a oferta de três vagas excedentes em cada uma das seis instituições de ensino estadual do Paraná.

Cada universidade do estado oferta três vagas e a UFPR, cinco. O candidato indígena pode optar se concorrer à pela instituição estadual ou federal. A opção do curso, no entanto, é preenchida após a divulgação do resultado, como explica o professor Borsato. "Resolvemos mudar por causa das desistências e a falta de aptidão para a área. Depois da divulgação da lista de aprovados os alunos são convidados a conhecer, com orientação vocacional dada pela universidade, todos os cursos ofertados", comenta.

UEPG forma primeira indígena, em pedagogia

Inscrições para o vestibular vão até o dia 30

PANORAMA ESTADUAL

- » **Escolas estaduais recebem suprimentos escolares**
- » **Sindicato da UTFPR realiza assembléia hoje**
- » **Professor profere palestra sobre a primazia do afeto na educação**
- » **Candidatos à reitoria da UFPR participam de debate**

Deu na mídia

Lula pede que parlamentares adiem discussão político-eleitoral e aprovem Fundeb

Foto Realidade



Contra o racismo - O senador Paulo Paim, participa da Marcha Zumbi+10 contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, na Esplanada dos Ministérios. Foto de Lindomar Cruz/ABr.